

Camelódromos no Rio de Janeiro/RJ e em Campos dos Goytacazes/RJ: circulação de políticas e arranjos locais

CAMELODROMOS IN RIO DE JANEIRO/RJ AND CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ:
CIRCULATION OF POLICIES AND LOCAL ARRANGEMENTS

Resumo:

A criação de mercados populares constitui um "modelo" de política municipal implementado, a partir de 1983, na cidade do Rio de Janeiro, e imitado em Campos dos Goytacazes, em 1991. Esses mercados foram capazes de reduzir o conflito entre informais e comerciantes e estimularam um comércio popular rentável. Mas, a partir de 2005, a perseguição ao contrabando e aos produtos pirateados, bem como a implantação de projetos de renovação urbanos, coíbe estes mercados, e as tentativas de remoção expandem-se para o interior do estado. Sendo assim, este trabalho descreve e analisa a produção, transformação e difusão de políticas destinadas a tratar do comércio informal na rede urbana do Rio de Janeiro mediante a comparação das políticas do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes, nas quais as administrações municipais assumiram posturas opostas.

Palavras-chave: Mercados populares, Regulação, Conflito, Mercados políticos, Economia informal

Abstract:

The establishment of popular markets, which constitutes a perfect example of municipal policy, first implemented in 1983 in the city of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil, and subsequently taken as a model by the city of Campos dos Goytacazes, State of Rio de Janeiro, Brazil, in 1991, could reduce the conflicts between informal sellers and sales persons, in addition to stimulate a profitable popular commerce. However, from 2005 until the present day, the pursuit against smuggling and pirated goods, as well as the implementation of urban renewal projects, have curbed these markets; furthermore, the attempts to remove them have spread in to the state. Thus, this paper describes and analyzes the production, the transformation and the diffusion of policies intended to deal with informal commerce in the urban network of Rio de Janeiro, by comparing the policies from both Rio de Janeiro and Campos dos Goytacazes, in which municipal administrations took opposite positions.

Keywords: Popular Markets, Regulation, Conflict, Political Markets, Informal Economy

Hernán Armando Mamani,

Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)
Filiação Institucional: Professor Associado da Universidade Federal
Fluminense (UFF)
E-mail: hernan_a_mamani@yahoo.com.br

Raquel Xavier Campos Souza

Bacharel em Serviço Social (UFF)
Filiação Institucional: Mestranda em Políticas Sociais (UENF)
Email: ss.rxavier@gmail.com

Introdução

A criação de mercados, shoppings populares ou "camelódromos" constitui um tipo de política típica das cidades brasileiras desde os anos 80¹. Ao autorizar a fixação de ambulantes em áreas estabelecidas pela prefeitura, retirando-os das ruas centrais, a prefeitura diminuiu os conflitos urbanos e estimulou a expansão de um comércio popular rentável. Nesse processo, a experiência da cidade do Rio de Janeiro foi certamente modelar, dado que a criação desses mercados, em meio a um debate de visibilidade nacional, remonta aos anos de 1983-1984, quando se originou o próprio nome, camelódromo (MAMANI, 2014).²

A difusão dos camelódromos num sem fim de municípios leva-nos a indagar, neste artigo, como circulam os pontos de vista que orientam as políticas para os ambulantes e como eles se ajustam localmente. Nesse sentido, a experiência de Campos dos Goytacazes, desde 1991, com o Shopping Popular Michel Haddad - maior camelódromo do estado do Rio

fora da região metropolitana - parece-nos um "caso bom para pensar" (GEERTZ, 2011) a circulação de temas, interpretações e encaminhamentos - a partir de centros metropolitanos que irradiam de suas arenas públicas³ às arenas periféricas.

Este suposto confirmar-se-ia se considerado um período de pouco mais de 30 anos, ao longo do qual o modo de lidar com os ambulantes mudou drasticamente. De fato, a partir de 2005, a questão dos camelódromos do Rio de Janeiro deixou de ser tomada como uma maneira de mitigar o desemprego e, por essa razão, de serem relativamente tolerados, para ser associada a atividades ilegais e ameaçados de remoção em nome da ordem urbana e dos projetos de revitalização de áreas centrais das cidades (MAMANI e FREIRE, 2009). Essas modalidades de intolerância tendem a se impor também em Campos dos Goytacazes. Nesse sentido, buscamos, neste artigo, descrever e analisar a experiência de Campos dos Goytacazes em relação aos camelôs, entre 1990 e 2014, comparando-a com a do Rio de Janeiro⁴.

O comércio informal de Campos dos Goytacazes

À primeira vista, o comércio informal em Campos dos Goytacazes pouco se diferencia do atuante no Centro do Rio de Janeiro: a fisionomia do comércio, os tipos de produtos

vendidos e o ambiente assemelham-se entre si. Em Campos, o centro do comércio popular articula-se em torno do "camelódromo", do Mercado Municipal e da feira. Nas ruas que os

circundam, há grandes lojas de produtos para festas, de louças e painéis baratos, de material de construção e de comércio atacadista. Completa esse quadro a multidão de pessoas que transitam diariamente entre 8h e 18h e tornam essa área da cidade, provavelmente, a área mais dinâmica da economia urbana campista.

Apesar disso, o camelódromo de Campos não apresenta o mesmo grau de especialização e de diversificação do que o da rua Uruguiana, no Rio de Janeiro, por exemplo. Mas, a

maior diferença entre o Rio de Janeiro e Campos é, sem dúvida, o baixíssimo grau de conflitividade entre lojistas e camelôs e forças municipais. Isto pode ser atribuído ao tamanho da cidade e ao seu baixo dinamismo econômico. Mas parece-nos que a explicação deve ser procurada no acordo articulado entre comerciantes e ambulantes, garantido pela prefeitura, claramente inspirado no modo em que a questão dos camelôs foi tratada na cidade do Rio de Janeiro pelos governos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) durante a década de 80.

A questão dos ambulantes: arenas e interpretações do Rio de Janeiro

A questão dos camelôs, quando acompanhada pela imprensa do Rio de Janeiro, entre 1983 e 2009, foi debatida com maior intensidade em dois momentos, quando o comércio informal foi problematizado de forma muito diferenciada. No primeiro, entre 1983 e 1984, o conflito e o debate concentraram-se nos ambulantes, que deviam ser tratados como trabalhadores ou como concorrência desleal; já, no segundo momento, entre 2005 e 2009, quando o problema dos ambulantes foi visto como responsável pela desordem urbana e pela insegurança pública (MAMANI, 2014).

O primeiro momento da escalada de debates teve início em abril de 1993, quando a Secretaria Municipal de Fazenda tornou pública a intenção de legalizar o comércio ambulante da cidade e de conceder licenças pautadas em critérios sociais – por orientação do Governador do Estado Leonel Brizola (1983 - 1987) (MAMANI, 2014). A medida fazia referência a um repertório democrático da cidadania regulada (SANTOS, 1987), que se justificava por oferecer uma distribuição mais igualitária de recursos econômicos e por recusar a repressão, tratando os ambulantes como cidadãos. Tais medidas foram repudiadas por organizações de lojistas, que as consideraram como um estímulo à concorrência desleal, e defenderam a preservação das normas até então vigentes.

Em termos discursivos, contrapõem-se a uma crítica cívica e a uma crítica econômico-administrativa – que ocorreram, em sua forma cotidiana, como uma disputa acirrada pelos lugares rentáveis da cidade, em particular, pela localização dos camelódromos – mas não conseguiram definir uma síntese entre ambos. O problema de fundo não era a legalização em si, mas a recusa dos lojistas à presença de ambulantes nas imediações e à venda de produtos concorrentes. O conflito que se sucedeu ganhou as ruas, a Câmara de Vereadores, a Assembléia Legislativa e levou quatro gestões municipais para encontrar um arranjo consistente.

De fato, somente com as Leis de 1222/88 e 1876/92 consolidou-se uma sorte de acordo entre os partidários dos princípios democráticos e os econômicos. Predominaram os critérios restritivos defendidos pelo comércio

– como critério de admissão de novos camelôs, contudo os camelôs autorizados até 1985 permaneceram. Esse arranjo, que abandonou qualquer menção à justiça distributiva ou à democracia dos primeiros momentos do governo do PDT, protegeu os camelôs “estabelecidos” e excluiu os “outsiders”⁵. Por último, o camelódromo da Uruguiana, criado em 1994, mitigou os constantes conflitos do Centro.

O segundo momento em que os camelôs foram objeto de debate público no Rio de Janeiro corresponde à sua vinculação com as ilegalidades, a desordem urbana e a segurança pública. De fato, se a inauguração do camelódromo da Uruguiana aliviou as tensões do Centro a partir de 1994, de 1999 em diante, passou a ser relacionado à pirataria: desrespeito aos direitos autorais, contrabando e pagamento de propinas. Esse debate não envolvia mais os lojistas da cidade, senão grandes empresas e associações de produtores preocupados com o contrabando e com o desrespeito aos direitos autorais. A partir de 2005, os camelôs passaram a ser vinculados ao problema da segurança pública do Rio de Janeiro.

Nessa mudança, o jornal O Globo e, em particular, a coluna “Illegal, e daí?”, ocupou um lugar de destaque na medida em que definiu quais práticas e quais atores eram ilegais, o que estimulou e publicizou as denúncias. Sua ação política ganhou corpo e programa em uma CPI e definiu a plataforma vencedora nas eleições municipais de 2008, definida pela defesa da ordem e da legalidade.

No quadro interpretativo construído, a desordem não é responsabilidade dos pobres, mas de uma “cultura” instalada a partir do governo Brizola – tolerante com a desordem e com a falta de fiscalização e repressão – que levou à instalação do crime e da violência e esvaziou economicamente a cidade. Abandona-se aqui qualquer menção à igualdade ou à democracia. A luta contra a violência torna-se uma causa cívica, na qual os cidadãos e governantes são corresponsáveis, e a ilegalidade transforma-se na “substância moral” da violência, que deve ser erradicada por contínuos “choques de ordem” e pelo convencimento. E se justifica por criar um clima propício aos investimentos na cidade.

A “Questão Camelô”, o camelódromo em Campos

Em Campos dos Goytacazes, é difícil precisar quando apareceu o comércio informal no Centro da cidade. Independentemente disso, o conflito entre lojistas e camelôs trans-

forma-se em um problema público, a partir de 1985, e se soluciona em 1991 com a construção do camelódromo. De fato, o comércio informal no Centro de Campos ganhou visibilidade

em dezembro de 1985, quando na Praça São Salvador e nas ruas próximas - no centro financeiro e comercial de Campos - começaram a ser vendidos, em bancas mais ou menos improvisadas, produtos comprados no Rio, em São Paulo ou contrabandeados do Paraguai. Atuavam ambulantes sem autorização, ambulantes autorizados pela prefeitura, que contratava vendedores, bem como donos de loja que expunham seus produtos na calçada (MACEDO, 10 dez.1985. p. 1).

O jornal Folha da Manhã, em suas primeiras notícias sobre o tema, descreve o comércio, e divulga a opinião de ambulantes e comerciantes sem consultar as organizações de classe. Na perspectiva dos lojistas entrevistados (Irineu Cordeiro dos Santos e Nivaldo Teófilo Vianna), o problema não era a concorrência desleal, mas obstaculizar a circulação e tirar a visibilidade das lojas. Os ambulantes não eram apresentados como inimigos, dado que muitos lojistas tinham sido camelôs na juventude. Consideravam, além disso, que removê-los seria difícil, uma vez que recebiam apoio da bancada do PDT (FOLHA DAMANHÃ, 20 de dez. de 1985, p. 9).

Os conflitos de que se tem notícia envolviam a Postura Municipal, os ambulantes, o Prefeito e os Vereadores. Assim, em dezembro de 1985, o Departamento de Fiscalização de Postura Municipal retirou os ambulantes autorizados da Praça das Quatro Jornadas - onde localizavam-se os pontos de ônibus do Centro - e os realocou nas ruas próximas (FOLHA DA MANHÃ, 8 dez 85, p. 8). Porém, em pouco mais de um mês, os ambulantes retornaram, foram removidos, e os vendedores de relógios tiveram suas mercadorias retidas. Em tal situação, os ambulantes exigiram conversar com o Prefeito, solicitando a devolução das mercadorias e um local onde trabalhar. O assessor de gabinete do Prefeito, Edgar Lopes Crespo, reconheceu o excesso e se comprometeu a negociar a devolução da mercadoria. Na Câmara, a bancada do PDT advogava pela tolerância.

Não é possível seguir no jornal o resultado dessas negociações, mas sabe-se que os camelôs concentraram-se, durante anos, nas imediações do terminal rodoviário urbano (chamado posteriormente Luís Carlos Prestes). Nos quatro anos que se seguiram, a Folha da Manhã não deu grande atenção ao tema dos ambulantes, mesmo com a eleição e a posse do Prefeito Antony Garotinho Matheus (PDT), em 1989. As mudanças foram registradas depois que o Sr. Adailton Rangel assumiu a presidência da Associação Comercial de Campos dos Goytacazes (ACIC) (1991- 1994). Esse presidente, junto com o da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Murilo Diéguez, liderou uma campanha para resolver o que chamaram a "questão camelô" (FOLHA DA MANHÃ, 8 dez, 1991, p.4). Tratava-se da "concorrência desleal", já que os ambulantes não pagavam impostos e "atrapalhavam o movimento dos fregueses" (RANGEL *apud* FREITAS, 2006, p.94).

O conflito não levou, em Campos, a uma ruptura entre comerciantes e Prefeitura. Do negociado entre a associação dos camelôs do Centro, a Prefeitura e a ACIC, surgiu a proposta de retirar todos os camelôs das ruas, criando um espaço destinado às suas atividades: o "Shopping Popular Michel Haddad" (FREITAS, 2006).

A singularidade desse processo era reconhecida por Adailton Rangel, nos seguintes termos:

...não foi necessário cenas de violências como as que aconteceram no grande Rio, onde verdadeiras batalhas foram

travadas entre camelôs e a polícia. (FOLHA DAMANHÃ, 8 dez, 1991, p.5)

O Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Murilo Dieguez, apresentava como uma política negociada

...o Camelódromo foi uma decisão conjunta da prefeitura, dos comerciantes, e dos próprios ambulantes. (FOLHA DAMANHÃ, 8 dez, 1991, p. 5)

E ainda a Prefeitura reivindica para si a idéia e o pioneirismo nacional

O Shopping Popular é uma ideia da Prefeitura de Campos para resolver o problema social e foi elaborado e executado para atender a uma reivindicação dos próprios camelôs, que participaram de todo o processo. A comunidade em geral sabe que esta iniciativa é pioneira em Campos e no País, já que pela primeira vez o poder público trata de camelôs com respeito e dignidade e que a partir de agora terão local seguro e apropriado para o desenvolvimento de suas atividades (FOLHA DA MANHÃ, 7 dez, 1991, p.5).

Do mesmo modo, a Folha da Manhã, em seu editorial do dia 8 de dezembro, avalia positivamente a solução dada.

Questão solucionada

A Prefeitura de Campos entregou ontem aos vendedores ambulantes, os camelôs, um shopping popular construído devido à conjugação do empenho de vários setores da comunidade afetados pelo problema criado pela proliferação desse gênero de comércio nas ruas. A solução encontrada pela administração municipal, se não é perfeita, possui alguns elementos novos que devem ser levados em conta pela categoria em foco e pela comunidade, que indiretamente financiou a obra, através dos seus impostos.

O local escolhido não podia ser melhor para os vendedores, uma vez que se situa bem no centro da cidade, perto do Mercado Municipal e da Rodoviária, locais de afluxo de público consumidor e com uma infraestrutura que atende a todas as suas necessidades. Note-se que o ponto é por tradição um dos patrimônios dos comerciantes e aos camelôs lhes está sendo ofertado, sem qualquer ônus, um referencial para a sua, outrora sujeita a perseguição policial e fora da legalidade,

Os camelôs, já que se mostraram capazes de estruturar uma associação e manifestam o desejo de se integrar à sociedade, passam a ter direitos e deveres, num momento em que a crise afeta todo o sistema socioeconômico criou uma legião de desempregados e subempregados [...]

O que se espera partir de agora é que os camelôs respeitem as regras que democraticamente aceitaram, e entendam a dimensão do privilégio que lhes está sendo concedido. Ao contrário dos comerciantes legalmente estabelecidos, os vendedores ambulantes não estão sujeitos a um sistema de tributação rígido, nem arcam com despesas - especialmente as do serviço público - que cada mês diminui a margem de lucros e impõe maiores atribuições à atividade, sem contar com o enfrentamento a uma crise que já extrapolou o limite do

suportável para a grande maioria dos empresários.

A comunidade, mas principalmente os comerciantes precisam respirar aliviados com o fim da questão camelô. Os consumidores, porque tem o direito ao livre trânsito pelas ruas e calçadas. E o comércio por razões óbvias, já que além da concorrência desleal, tem sido obrigado a conviver com mais este problema, não lhes bastassem as atribuições e responsabilidade frente a uma crise desgastante em todos os sentidos. (FOLHA DAMANHÃ, 8 dez. 1991, p. 4).

Os comentários registrados demonstram que os principais atores envolvidos estavam atentos aos processos que ocorriam na região metropolitana e no Brasil. Em certa medida, os critérios utilizados para lidar com a "questão camelôs" pautaram-se nos princípios que caracterizaram a ação do PDT no Rio: a construção de camelódromos, tida como uma solução para o problema social e para o tratamento digno para os cidadãos. Por outro lado, a política é considerada uma sorte de dádiva ou de crédito dada aos ambulantes, que deverão retribuir provando-se confiáveis.

"Choque de ordem e Nova Política"

Nos anos que se seguiram, principalmente a partir de meados da década de 2000, houve uma razoável expansão do comércio ambulante, que ocupou primeiro o terminal rodoviário, Luiz Carlos Prestes, e o Largo da Rua Santos Dumont, e se expandiu depois para a Praça São Salvador e para todas as ruas do Centro histórico. Tal período correspondeu a um momento de instabilidade na política municipal, marcado por escândalos eleitorais e políticos e de graves problemas de infraestrutura. Nessas circunstâncias, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) apelou para o Ministério Público Estadual.

Segundo Freitas (2006), em meados da década de 2000, era difundida a percepção de que o camelódromo, que antes atendera às necessidades da população, teve, por descaso dos prefeitos posteriores, sua estrutura e uso do espaço deteriorados, razão pela qual, hoje em dia, é por muitos considerado uma bagunça. De fato, esta situação transforma-se consideravelmente, a partir de 2009, quando incorpora a referência à desordem urbana e à segurança em termos próximos aos instituídos no Rio de Janeiro na gestão Eduardo Paes.

Com efeito, por clara pressão da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), da Associação de Comerciantes da rua João Pessoa e Adjacências (CAJORPA) e da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), o Ministério Público Estadual exigiu à prefeitura a remoção dos ambulantes do Centro, num prazo curto. O resultado foi a assinatura de um Termo de Ajuste de Comportamento (TAC), assinado em agosto de 2010 (FOLHA DA MANHÃ, 15 mai. 14), que vem orientando a política para o comércio popular desde então, pela qual todos os ambulantes do Centro seriam removidos para o camelódromo.

Como eu disse anteriormente, os comerciantes lojistas acionaram o Ministério Público, em 2006, para que os camelôs pudessem sair da área central, porém o ministério acatou o pedido, no ano de 2009, quando estipulou um prazo para que os camelôs saíssem do Terminal Rodoviário Luís Carlos Prestes. Mediante a decisão do Ministério Público, o poder público municipal, após duas reuniões com os camelôs, conseguiu convencê-los a irem para o lado do camelódromo Michel Haddad, no dia 27 de dezembro de 2009, que teria uma nova cobertura para que os trabalhadores se instalassem. (ASSIS, 2012, p. 78)

A prefeitura negociou as condições da remoção e postergou sua conclusão em quatro oportunidades, até sua completa execução em 14 de maio de 2014.

Quanto à adoção de uma retórica da ordem e da segurança para tratar da "questão camelô", esta inflexão não advém da prefeitura senão da imprensa a partir de 2009, e pela inclusão do camelódromo de Campos no circuito do combate à "pirataria" junto ao camelódromo da Uruguaiana em 2010, quando Receita Federal, a Polícia Federal e a Polícia Civil realizaram, no Camelódromo, a operação '25 de março' no combate ao contrabando, à falsificação e à venda de cópia de mídias não autorizadas.

A "campanha" foi deslançada, inicialmente, pelo jornal Folha da Manhã, na qual o redator-chefe defendia a adoção da política do "choque de ordem", tal como realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Duplo sentido

Uma autoridade municipal falou esses dias que a Prefeitura estava preparando um plano de ação para dar um choque de ordem nas vias públicas. Usou o termo "zoneamento urbano". Nunca um termo foi tão bem colocado para definir a situação atual. Se vai resolver o problema, em um segundo momento, é uma outra questão. Urbanamente falando, a cidade está uma zona."não é problema apenas de bairros periféricos (BARBOSA, 07 out. 2009).

Curiosamente, a proposta de Zoneamento, transforma-se aqui em choque de ordem, sem necessariamente corresponderem.

Aferindo

Uma pesquisa de opinião pública vai mostrar que um dos problemas urbanos mais sérios de Campos é a desordem. Ela pode ser vista a olho nu nas esquinas. Neste contexto, destaque para a proliferação de camelôs e a poluição sonora. Não seria tão difícil botar ordem nesta bagunça, que nada tem a ver com problemas sociais, como tentam justificar" (Barbosa, 18 set. 2009).

Melhorias

Por falar no Centro, ruas como a João Pessoa começam a receber nova pavimentação. É um "enfeite" para o Natal. As obras mesmo começam em janeiro. O que não pode acontecer neste atual momento é a ampliação do camelódromo na área do Mercado Municipal. Se isso se concretizar, teremos um caos completo". (BARBOSA, 11 out. 2009).

Para Barbosa, tolerar a bagunça não se justifica por problemas sociais. A conjuntura desta defesa do "ordenamento"

do Centro era da exigência – à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – de se criarem condições que aumentassem a rentabilidade de seus negócios. E os camelôs são um dos principais obstáculos, não somente para o aumento das vendas, mas para a circulação e para o uso turístico da área central. Esse era o argumento de Joílson Barcelos, Presidente da CDL, em entrevista publicada no jornal Folha da Manhã, em 15 de setembro de 2009.

Assim, dois dias depois, a Folha da Manhã, defendia a postura assumida, nos seguintes termos:

Correta

A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) está correta em cobrar, como representante da sociedade organizada, a reorganização da cidade tanto no âmbito da segurança pública quanto no da postura. O problema da Postura em Campos é crônico, porque ela é incapaz de retirar os camelôs que se espalham pelo Calçadão, mesmo a cidade já tendo uma área no Centro que foi destinada a eles. (BARBOSA, 17 set. 2009).

Não cabe

Existem coisas que já não cabem, em Campos, ou pelo menos não justificam suas ampliações. Entre elas estão a antiga Rodoviária Roberto Silveira, o Camelódromo e Feira do mercado municipal. A cidade cresceu, a frota de veículos quadruplicou e esses espaços estrangularam as vias de escoamento que não acompanham o desenvolvimento. É preciso pensar grande (BARBOSA, 9 set. 2009)

A partir de setembro de 2009, ordenar o Centro e atender às demandas dos lojistas aparece na Folha da Manhã como uma a demanda da prefeitura.

Desordem na agenda

A desordem urbana, em Campos, parece que finalmente entrou na agenda da prefeita Rosinha Garotinho. Ela quer uma solução para problemas pontuais o mais rápido possível. É que os tempos são outros e o que antes era solução popular passou a ser problema. A crítica está mais contundente e ninguém aceita mais o inaceitável. Se fizer a coisa certa colherá elogios, mas se a coisa continuar assim enfrentará tempestades (BARBOSA, 22 set. 2009)

Em tais circunstâncias, a política municipal seguiu, por um lado, com uma série de iniciativas para revitalizar o Centro e dar-lhe novos usos, que ainda se desenvolve, e outra destinada aos ambulantes. As primeiras tentativas municipais por realocar o camelódromo foram mal-sucedidas e, mesmo com pressões do Ministério Público, não foi possível removê-lo. Os lugares sugeridos não foram aceitos devido às dificuldades no acesso e à distância da área central ou por estarem localizados em área de grande movimentação de veículos. Desse modo, os prazos dados pelo Ministério Público foram progressivamente deslocados de 31 de dezembro de 2009 para 31 de novembro de 2010 e, mesmo nessa data, a remoção não foi total. E o camelódromo permanece no mesmo lugar.

Os comerciantes do camelódromo demonstraram grande capacidade de pressão, embora em nenhum momento tenham realizado manifestações de rua. Mobilizaram parlamentares, a prefeitura e vereadores, condicionando sua saída temporária à reforma e reestruturação do atual camelódromo.

A proposta final foi a de expandir o número de boxes, abrigando todos os ambulantes do Centro, os novos e os antigos. Assim, o número de boxes passaria dos atuais 300 para 500. A última conquista foi a de se deslocarem, apenas, para uma estrutura provisória na rua, ao lado do camelódromo.

Mas o principal golpe à 'resistência' do camelódromo veio quando, em 25 de março de 2010, uma operação coordenada entre a Polícia Federal e a Receita Federal apreendeu mercadorias e fechou os boxes daqueles que não tinham as notas fiscais dos produtos. A operação, conhecida como "Vinte e Cinco de Março" – em alusão à rua de São Paulo, de onde vem grande parte da mercadoria – apreendeu 60 toneladas de produtos, no valor de R\$ 7.000.000,00. Comentando a mesma operação, o Delegado Titular da Polícia Federal em Campos acusou a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes de negligência por não controlar a origem das mercadorias, permitindo a venda de produtos contrabandeados e sem nota fiscal. A reação não se fez esperar; no mesmo dia, diante das reivindicações da Associação dos Vendedores Autônomos do Shopping Popular (AVASP), a prefeitura lançou o programa de Formalização do Comércio Informal. Assim, segundo o site da prefeitura, a Prefeita:

...determinou à Procuradoria Geral do Município que busque entendimento junto ao Ministério Público Federal, solicitando prazo para que os vendedores autônomos possam se formalizar como empreendedores e continuar atuando no Shopping Popular. A prefeita determinou que seja oferecida toda orientação técnica e capacitação para que os vendedores se transformem em micro empreendedores. (PMCG, 25 mar. 2010).

A formalização consistiu em registrar os comerciantes no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por meio de um contador indicado pela Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos dos Goytacazes (CODEMCA), e em pagar uma prestação mensal de R\$ 58,00. O então Presidente da CODEMCA, Jivago Faria, acreditava que, desse modo, os ambulantes teriam acesso ao crédito bancário e às linhas de crédito diferenciadas do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM).

Quanto às negociações sobre o local de remoção – dado que o TAC exige a restauração do centro histórico e o desimpedimento da livre circulação, arrastaram-se por mais de três anos e ainda não foram concluídos. De todo modo, em 2010, removeram-se os vendedores de alimentos – que ocupavam, à noite, as imediações da praça principal (Praça das Quatro Jornadas) – para baixo do viaduto da ponte Leonel Brizola, que atravessa o Centro, a 300m da praça. Previa-se a mesma localização para o camelódromo e para os ambulantes do Centro, contudo recusaram e saíram da negociação, obrigando a prefeitura a estender repetidas vezes o prazo para a remoção de todos os ambulantes. Finalmente, em maio de 2014, os camelôs foram removidos para o Parque Alberto Sampaio, situado em frente ao Mercado Municipal, a menos de 100m do antigo camelódromo e dentro do perímetro do comércio popular. Igualmente, o próprio Mercado Municipal será transferido para as imediações.

Essas transferências fariam parte das obras de revitalização do Centro, dentro das quais o Mercado ocupa lugar de destaque, atendendo às demandas das organizações de lo-

jistas da cidade. Contudo, essas organizações promovem ativamente uma campanha pela restauração do prédio do mercado municipal, valorizado unicamente desde a perspectiva arquitetônica em detrimento de seus usos e de seu entorno. Paralelamente, a Prefeitura demora o início das obras de um novo camelódromo no mesmo lugar do antigo, enquanto as lojas do entorno reclamam da diminuição das vendas. Por sua parte, os camelôs temem não retornarem ao antigo ponto. Em suma, o processo encontra-se num aparente impasse.

Independente desse impasse, a política municipal para o

Centro da cidade pauta-se nas exigências dos lojistas e discute com eles ações de mudança no uso do Centro de modo a favorecer eventos culturais e usos diversificados (PMCG, 2015). Inclui, assim, na agenda municipal, a renovação urbana, a valorização do patrimônio e o incentivo a grandes eventos. Mas ao mesmo tempo preserva o camelódromo, o Mercado Municipal e a Rodoviária –os restaura. Finalmente, a mudança de prefeito em 2016 parece não alterar grandemente tais expectativas. Contudo, continua indefinido o que será do camelódromo, que permanece em seu recinto provisório

Conclusões

Deste esboço de comparação entre a experiência do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes quanto à circulação dos “modelos” camelódromo e a “ordem urbana”, concluímos ser possível pensar em difusão. Contudo, as apropriações dos mesmos nos contextos locais estão condicionadas às características das arenas públicas, considerando os atores e o problema em torno dos quais se formam e mobilizam localmente. Assim, nas décadas de 80 e 90, a “questão camelôs” em Campos enfatizou muito menos a concorrência desleal e tendeu à tolerância em nome da crise e, em certa medida, da cidadania. Desse modo, o camelódromo foi tomado pelos lojistas como uma política distributiva generosa que exige retribuição dos ambulantes no sentido de evitar a concorrência por espaço de circulação. De igual maneira, a adoção da retórica da

ordem carece, em Campos, dos elementos morais e legais que existem no Rio de Janeiro, dado que não estabelece do mesmo modo o vínculo entre desordem, insegurança e violência urbana. A desordem urbana limita-se, neste caso, ao descuido com a cidade, à obstrução de ruas e calçadas, aos estacionamentos irregulares e às carroças. A atenção à desordem foca-se na circulação na cidade e não na condenação ao contrabando e à tolerância dos cidadãos às ilegalidades, foca-se na modernização do Centro e não na rentabilidade e “desenvolvimento” em um cenário de projeção global da cidade. Finalmente, entre os atores envolvidos na promoção dos novos modos de pensar a política urbana, percebe-se grande influência dos lojistas e de suas organizações em detrimento da prefeitura e de outros atores econômicos, o que contrasta sobremaneira com a capital.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. L. . As vulnerabilidades de uma carreira: os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2013.

BARBOSA, A. “Ponto Final”. Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes (2007-2009)

CEFAI, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 2 nº 9, 2009. pp. 11-48.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000

FOLHA DA MANHÃ. “Camelôs Invadem o Centro e vendem de Cintos até Sapatos”. Folha da Manhã, 20 dez. 1985, p.9.

FOLHA DA MANHÃ. “Camelôs querem seguir trabalhando e irão a Zezé”. Folha da Manhã, 23 jan. 1985, p. 3.

FOLHADAMANHÃ. “Vigilância da PMCV a retirar Camelôs da Praças das 4 Jornadas”. Folha da Manhã, 8 dez. 1985, p.8.

FREIRE, J. & MAMANI, H. A. A. Problemas públicos e periferias no estado do Rio de Janeiro In: 36ª encontro anual da ANPOCS, 2012. Anais 36º Encontro Anual

da ANPOCS. 2012.

FREITAS, C. R. B. O Mercado Municipal De Campos Dos Goytacazes: A Sedução Persistente De Uma Instituição Pública. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.

GERTZ, G. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

LEMOS, L. M. As sociabilidades na informalidade: uma investigação sobre a interação de diferentes contextos sócio organizativos no camelódromo em Campos. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2001.

MACEDO R, “Camelôs vendem de importados até as tradicionais Bugigangas”. Folha da Manhã (Caderno B), 10 dez. de 1985 p1.

MAMANI, H. A. “Ordem urbana e conflitos de “ambulantes” em cidades Fluminenses”, Relatório de Pesquisa, 2014.

PMCG. Centro Histórico: empresários e secretarias reunidas para desenvolver projeto. 10 set. 2015. Disponível em http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia_32705. Acesso em 30 set. 2015.

RIO DE JANEIRO. Michel Haddad. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/michelhaddad>. Acesso em 30 set. 2015.

SANTOS, W. G. dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1987.

NOTAS

1 - Este trabalho constituiu um desdobramento do projeto de pesquisa “Sociabilidade, Disputada ou Violenta: gramáticas e dispositivos da administração de Tensões Urbanas” coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva.

2 - Marcelo Alencar, durante sua gestão como Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro (1983-1986), tentou transferir os ambulantes do Centro e da Zona Sul do Rio de Janeiro para a Praça Onze, junto ao recém-inaugurado Sambódromo. Daí a origem do nome, que vem da

junção de Camelô com Sambódromo (MAMANI, 2014).

3 - O uso mais frequente da noção Arena Pública corresponde aos momentos de conflitos abertos e debates explícitos, nos quais “...as lógicas de ação ultrapassam os mercados, os campos ou os setores em que estão geralmente contidas, passando por cima de suas fronteiras, por meio [...] contágio ou propagação” (CEFAI, 2009, p 16).

4 - Os dados utilizados resultam de entrevistas a autoridades municipais e da documentação e contextualização efetuados com base num banco de teses de dissertações, bem como de uma base de notícias de jornais de Campos, em particular da Folha da Manhã.

Numa apropriação livre de Elias e Scotson. (2000)